

CASTELO DE TERENA

Classificação / Protecção legal

Monumento Nacional (Decreto nº 35 443, de 02.01.1946)

Localização

Distrito de Évora / Concelho de Alandroal / Freguesia de Terena (São Pedro)

Descrição

O Castelo de Terena encontra-se implantado num longo esporão sobranceiro à pequena vila – situada a cerca de 9 quilómetros a sul da sede de concelho, a vila de Alandroal – entre as ribeiras de Alcaide e de Lucefécit, afluentes do Guadiana.

Ampla fortaleza de planta irregularmente pentagonal, inserida em terreno xistoso, desfruta duma situação privilegiada em termos estratégicos e paisagísticos – definindo, enquanto símbolo de poder e de protecção militar, a extremidade do aglomerado, pontuado por uma rectilínea e harmoniosa Rua Direita, e impondo-se quase abruptamente na peneplanície circundante, em território marcado de resto pela sacralidade omnipresente do santuário romanizado de Endovélico, a nordeste, e da emblemática igreja/fortaleza de N^a Sr.^a da Boa-Nova, a ocidente.

O monumento é actualmente constituído por quatro torres semi-circulares e três bastiões angulares, em alvenaria mista de pedra (calcário, mármore e ardósia); o acesso é feito através da porta da vila, protegida por uma barbacã ameada com porta em arco de volta perfeita: o estado de abandono e semi-ruína a que chegou durante os primeiros anos do século XX e as obras de restauro entretanto levadas a cabo alteraram significativamente a estrutura deste elemento, que outrora disporia duma entrada axial, protegida (segundo os desenhos elaborados por Duarte d'Armas nos inícios do século XVI), por dois torreões cilíndricos. A porta da traição – obstruída, por razões defensivas, durante as Guerras da Restauração – é igualmente rodeada por espessos torreões circulares e voltada para o campo exterior.

Embora as fontes tradicionais apontem para a fortificação da vila como iniciativa de D. Dinis, que por sua vez a teria doado a seu filho Afonso, grande parte da documentação remete a construção do castelo de Terena para os inícios do século XV, aquando da doação da vila à Ordem de S. Bento de Avis por D. João I; teria então como principal objectivo a defesa e amuralhamento do aglomerado – de origens muito anteriores, com primeiro foral datado de 1262 – e a continuidade de uma linha defensiva ao longo do Guadiana, já delineada pelas fortalezas de Elvas, Juromenha, Monsaraz e Mourão.

No entanto, outras fontes – como a convenção estabelecida entre o rei e o concelho de Terena e que, em 1380, prevê a doação de 4.000 libras para a conclusão do castelo, incluindo a barbacã, a troco da cedência de terras para caça em alguns lugares do concelho – apontam claramente para uma origem bastante anterior; muito provavelmente, o castelo encontrar-se-ia praticamente concluído em fins do século XIV, mas não restam dúvidas de que a sua configuração actual resulta sobretudo da campanha de obras empreendida pelos

Arrudas, cerca de um século mais tarde, testemunho do afã construtivo que caracterizou o Gótico final no nosso país, e que deixou marcas expressivas a nível da arquitectura militar, particularmente em zonas fronteiriças.

Em 1482, por diploma de D. João II, o senhorio de Terena é entregue ao alcaide-mor Nuno Martins da Silveira, que procedeu ao repovoamento da povoação e ao restauro do castelo. A Torre de Menagem e residência dos alcaides, atribuída a Diogo e/ou Francisco de Arruda, foi erigida algumas décadas mais tarde, também por iniciativa dos donatários Silveiras; atingindo cerca de quinze metros de altura, formada por dois pisos com amplos compartimentos abobadados e iluminada por seteiras cruciformes, a Torre de menagem constitui o símbolo mais visível do reforço do poder administrativo e militar empreendido no reinado de D. Manuel – simultaneamente consubstanciado na reforma do foral em 1512 – e igualmente expresso na adopção duma gramática decorativa de cariz nacionalista, exemplificada pelas mísulas e elementos de cordame. A barbacã, que forma um pequeno pátio rectangular acessível por uma porta de volta perfeita com capitéis de esferas, reproduz a cortina de ameias e o adarve dos restantes panos de muralha.

Embora, em tempo de paz, o castelo não dispusesse de guarnição militar, teve sem dúvida um importante papel defensivo para a população de Terena durante a longa Guerra da Restauração; em 1652 foi ocupado e saqueado pelas tropas castelhanas, mas rapidamente libertado pelo exército português. O terramoto de 1755 danificou fortemente o recinto que, desprovido da sua função militar, acabou por se manter num estado de semi-abandono até às intervenções recentes dos Monumentos Nacionais durante as décadas de 70 e 80. Ainda assim, constitui sem dúvida um dos mais carismáticos e bem conservados exemplos de fortalezas senhoriais do período manuelino.